

Portal Mundo Sindical

Funcionários do grupo Eletrobras iniciam greve de 2 dias

Funcionários do Sistema Eletrobras iniciam uma greve de dois dias à 0h desta quinta-feira, 24. A "paralisação de advertência", convocada pelo sindicato da categoria, tenta assegurar o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) este ano, apesar dos prejuízos registrados pelo grupo no ano passado.

No Estado do Rio, trabalhadores de quatro empresas do grupo prometem cruzar os braços por 48 horas: Cepel, Eletrobras, Eletronuclear e Furnas. Mas a previsão de sindicalistas é de que a adesão alcance de 90% a 95% dos cerca de 21 mil funcionários que trabalham nas 16 empresas que formam o grupo em todo o País.

"A gente mantém os turnos (de manutenção) trabalhando para não atrapalhar o fornecimento de energia. As paralisações, como sempre, não afetam o abastecimento", garantiu Gunter Angelkorte, diretor de Negociações Coletivas do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro e funcionário da Eletronuclear.

Prejuízo

A Eletrobras informou que teve um prejuízo líquido de R\$ 6,287 bilhões em 2013. Em 2012, o resultado também foi negativo, em R\$ 6,879 bilhões. Entretanto, os funcionários argumentam que não podem ser punidos pelas perdas, sob o argumento de que o caixa da estatal estaria sendo prejudicado por decisões do governo e da direção da empresa - como o acordo de indenizações previstas na Medida Provisória (MP) 579, que estabeleceu as regras para a renovação das concessões que vencem entre 2015 e 2017.

O pagamento de participação nos lucros é referente aos resultados verificados no ano anterior. Embora a estatal já tivesse registrado prejuízo em 2012, os funcionários conseguiram que a Eletrobras pagasse o PLR aos empregados no ano passado com base no princípio de cumprimento de metas.

Uma reunião entre a direção da companhia e o Conselho Nacional dos Eletricitários (CNE), marcada para o último dia 14, foi cancelada. Representantes de funcionários chegaram a se encontrar com um membro da diretoria um pouco depois, mas não houve avanço nas negociações, por isso a paralisação foi mantida. "A questão central agora é saber qual vai ser a reação da direção à paralisação", disse Angelkorte.

O Conselho Nacional dos Eletricitários convocou uma manifestação para o dia 30 de abril, em Brasília, em frente à sede da Eletrobras, quando a holding sedia uma Assembleia Geral Ordinária.

Em entrevista ao Broadcast, serviço de notícia em tempo real da Agência Estado, no início de abril, a Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) explicou que o pagamento de participação nos resultados prevê, tradicionalmente, o valor equivalente a duas folhas salariais do grupo para ser dividido entre todos os trabalhadores do Sistema Eletrobras em forma de PLR.

O pagamento da participação nos lucros é a única reivindicação dos trabalhadores da estatal este ano, cuja campanha salarial tem como data-base o mês de maio. No ano passado, o sindicato da categoria fez um acordo de dois anos. Para 2013, ficou acertado o reajuste salarial de acordo com a inflação do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Daniela Amorim e Wellington Bahnmann/Agência Estado - 24/04/2014

Canal Energia

Funcionários do Grupo Eletrobras fazem paralisação de dois dias

Falta de ações do governo para que empresa volte a ser lucrativa e indefinição sobre pagamento da PLR motivam paralisação

Pedro Aurélio Teixeira, da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

24/04/2014

Os funcionários da Eletrobras entraram em paralisação até a próxima sexta-feira, 25 de abril. De acordo com Franklin Moreira, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, os funcionários pleiteiam ações objetivas do governo para que a empresa volte a ser lucrativa. Em 2013, ela apresentou prejuízo de mais de R\$ 6 bilhões. "É preciso recuperar a Eletrobras para que ela seja instrumento de política energética brasileira", afirma.

Definindo o atual momento da empresa como de desestruturação, a indefinição sobre o pagamento da participação nos lucros e resultados também motiva a paralisação de dois dias. O prejuízo apresentado pode impedir que os empregados recebam a bonificação. O sindicalista lembra que a PLR também engloba resultados e que os funcionários do Grupo tem cumprido as metas de produtividade. "Queremos manter o que vem sendo recebido nos últimos anos", aponta.

Outro aspecto que Moreira apresenta é que após o plano de demissão voluntária da Eletronuclear serão ao todo cerca de cinco mil trabalhadores a menos, o que significaria uma expressiva redução nos custos. Ele também ressalta que após a publicação da lei 12.783, os únicos que tem sofrido impacto são os trabalhadores do grupo, uma vez que foram distribuídos cerca de R\$ 800 milhões em dividendos. "O governo tinha prometido após a MP 579 que não deixaria a Eletrobras fenecer, mas não é isso que estamos vendo", analisa.

Ele promete manifestação na próxima assembleia de acionistas da Eletrobras, que será realizada em Brasília (DF), no dia 30 de abril. Segundo Moreira, a adesão está foi alta e novas paralisações não estão descartadas.

Diap, 25/04/14

Centrais sindicais abrem 9ª Jornada Nacional de Debates

As centrais sindicais iniciaram, nesta quinta-feira (24), em parceria com o Dieese, as atividades da 9ª Jornada Nacional de Debates. O tema deste ano "Desafios e perspectivas das negociações em 2014".

O evento será promovido na maioria das capitais brasileiras, entre abril e maio, exclusivamente para dirigentes sindicais.

Os principais desafios da negociação serão apresentados em vídeo produzido especialmente para a atividade. Em seguida, serão abordados os principais indicadores da conjuntura nacional e questões econômicas regionais.

A jornada começou nesta quinta-feira, com eventos em Salvador, Fortaleza, Brasília, Vitória, Goiânia, Campo Grande, Belo Horizonte, Belém, João Pessoa, Curitiba, Recife, Natal, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Aracaju. (Fonte: *Agência Sindical*)

Veja a programação completa nas capitais (datas, horários e locais) no link:

<http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?tipoBusca=tipo&valorBusca=evento>

Portal da CUT

Greve da construção civil em Campo Grande (MS) tem adesão de quase 90% dos trabalhadores das obras visitadas

24/04/2014

Sindicato e Federação comemoram a conscientização da categoria e esperam resposta dos patrões
Escrito por: Sérgio Souza Júnior - CUT/MS

A greve da construção civil de Campo Grande (MS) começou na manhã desta quarta-feira (23) em pelo menos 12 canteiros de obras da cidade. Segundo avaliação preliminar do Sintracom, algo em torno de 5 mil trabalhadores pararam, buscando aumento salarial, a melhoria do ambiente de trabalho e combatendo à terceirização, outra marca deste movimento.

O apoio dos trabalhadores a greve está sendo um diferencial, a categoria cruzou os braços em todas as obras que tiveram ação grevista nesta quarta-feira. De forma pacífica e muito tranquila, pelo menos 90% dos trabalhadores aderiram à greve, dentre as obras visitadas.

Os trabalhadores buscam equiparação salarial com outros estados da federação, inclusive que recebem mais, pelo mesmo serviço, pago pelas mesmas empreiteiras, como é o caso da Plaenge que também opera no Paraná, ou da MRV que opera em diversos estados do país.

Jose Abelha Neto, Presidente do Sintracom - CG comentou o dia de hoje. "Eu estou surpreso, algo em torno de 90% de paralisação nas obras que visitamos representa muita confiança do trabalhador em nossa proposta. Agora, pretendemos mobilizar para a greve, algo em torno de 20 mil trabalhadores na capital".

Durante sua intervenção na ação de greve, Abelha afirmou "5,39% é um desrespeito ao trabalhador, acreditamos que o patronal de hoje não sabe trabalhar, por que se valorizasse o operário, ele teria um trabalhador satisfeito e por consequência um canteiro de obra melhor... É importante frisar, nós também estamos pleiteando outros benefícios para a categoria como a cesta básica, ticket alimentação, café da manhã, itens que inclusive constam na convenção coletiva. Por estes motivos, vamos realizar na sexta-feira (25) uma grande mobilização no centro de Campo Grande, para pedir apoio da sociedade e demonstrar o descaso do sindicato patronal com os trabalhadores da construção civil".

Luiz Queiroz, Vice-Presidente da CONTICOM (Confederação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeira) está acompanhando a Greve de Campo Grande, ressaltou para nós, "já são mais de 300 mil trabalhadores no país que pararam ou realizaram protestos por aumento salarial, desde o início do ano. O caso do Mato Grosso do Sul é emblemático, o piso salarial daqui é muito baixo, um dos menores da federação, não tem cesta básica, ticket alimentação, é uma situação fora da realidade do Brasil. Aqui, os empresários dizem na imprensa

que querem conversar, mas só conversar não adianta, tem que ter proposta de aumento real para os trabalhadores”.

Diversas

O Presidente da CUT-MS, Genilson Duarte, está participando ativamente do movimento e afirmou “esta greve é legítima, o nível de exploração dos trabalhadores é muito alto no canteiro de obras, os salários são muito baixos e para piorar, as empresas daqui usam muito da terceirização da mão de obra, que gera muitos prejuízos aos trabalhadores, pois reduzem seus direitos. Estamos aqui apoiando a Greve junto com nossos dirigentes da construção civil e esperamos alcançar uma vitória nas negociações, com aumento real de salário para os trabalhadores”.

Já Webergton Sudário, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário do MS, comentou “Estamos começando nossa ação grevista por Campo Grande, o que acontece na capital influencia e estimula outros trabalhadores dos municípios do interior do estado a fazer a luta também, como é o caso de Três Lagoas, onde pelo menos 8 mil trabalhadores vem pressionando o patronal sobre as negociações salariais deste ano”.

Descaso dos patrões

O Sintracom (Sindicato da Construção Civil e do Mobiliário de Campo Grande – MS) entregou a proposta de negociação salarial em meados do mês de fevereiro deste ano. O Sindicato patronal fez uma contraproposta mais de 70 dias depois, oferecendo 5,39% de aumento salarial, que não corrige a inflação do período. Segundo o IPCA, o índice dos últimos 12 meses corresponde a 6,15%.

O Sinduscon, Sindicato das Indústrias da Construção Civil do MS, apenas disse que estava à disposição para negociação, mas não apresentou contraproposta efetiva para retornar a mesa e alardeou na imprensa que estavam com medo de haver depredação nos canteiros de obras, fato que não ocorreu.

Solidariedade Sindical

Dirigido pelo Sintracom (Sindicato da Construção civil e do Mobiliário de Campo Grande - MS) filiado a CUT, junto com sua Federação Estadual, a FETRICOM, a Conticom, sua Confederação Nacional do ramo e a CUT-MS, a greve também conta com a participação dos sindicatos da Construção Civil de Dourados, Rio Brilhante e Rio Verde, além de receber apoio dos sindicatos cutistas e dos movimentos sociais.

A greve continua nesta quinta-feira (23) nos canteiros de obras da cidade, o Sintracom e a Fetricom convocaram uma mobilização da categoria, para a próxima sexta-feira (25), onde pretendem informar a sociedade sobre a situação precária dos trabalhadores da Construção Civil do estado.

Portal da CUT

Empresa produtora de açúcar e etanol pagará R\$ 10,5 milhões por terceirização ilícita **24/04/2014**

Decisão também pune exposição de cortadores de cana ao calor excessivo

Escrito por: MPT

A Raízen Energia S.A, maior produtora de açúcar e etanol do mundo, pagará R\$ 10,5 milhões em indenizações por danos morais coletivos, em duas condenações sofridas na Justiça do Trabalho na região central do Estado de São Paulo. As ações foram movidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Araraquara (SP) por terceirização ilícita e por exposição de trabalhadores ao calor excessivo no corte da cana-de-açúcar. Nas duas condenações, cabe recurso ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas (SP).

Na primeira sentença, dada pelo juiz José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva, da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara, a empresa fica proibida de terceirizar atividades de plantio, colheita, carregamento e transporte de cana em qualquer um de seus estabelecimentos em Araraquara e região. Nesse processo, a indenização por danos morais é de R\$ 3 milhões. O dinheiro será revertido à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara.

A segunda decisão é da juíza Cláudia Bueno Rocha Chiuzuli, da 1ª Vara do Trabalho de São Carlos (SP), que obrigou a Raízen a monitorar a exposição de trabalhadores ao calor. Em caso de risco de sobrecarga térmica, será necessário conceder pausas ou suspender as atividades dentro de 60 dias. Para este caso, a Raízen pagará indenização de R\$ 7,5 milhões, que será doada a entidades beneficente da cidade, a serem indicadas pelo MPT.

Terceirização ilegal – O MPT investigou todas as unidades da Raízen na região central de São Paulo e constatou que o grupo contrata pequenas empresas, inidôneas financeiramente, para transportar cana-de-açúcar. Foram flagrados casos de abuso de jornada de motoristas, que muitas vezes dirigiam 12 horas por dia, sete dias por semana, sem o direito sequer ao descanso semanal remunerado. As irregularidades renderam 29 autos de infração à empresa em fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

“Isso demonstra que a empresa não busca, de fato, a especialidade e excelência nos serviços prestados, mas somente o repasse da mão de obra necessária à execução dos serviços, funções essas indispensáveis à sua atividade finalística”, alerta a procuradora Lia Magnoler Guedes de Azevedo Rodriguez, à frente do caso.

Na sentença, a Justiça do Trabalho de Araraquara proíbe a companhia de celebrar contratos de prestação de serviços em funções ligadas a sua atividade-fim ou permitir que a terceirização irregular seja executada em suas propriedades. Em caso de descumprimento, será cobrada multa diária de R\$ 5 mil por item infringido e por empregado prejudicado.

Calor – O MPT investigou a Unidade Serra, da Raízen, e identificou o descumprimento da Norma Regulamentadora nº15, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), legislação que determina a adoção de medidas em situações de risco de sobrecarga térmica. Com isso, o MPT ingressou com ação civil pública, pedindo a adequação imediata à norma. E também o pagamento de indenização pelos danos causados até então aos trabalhadores.

Pela decisão da 1ª Vara do Trabalho de São Carlos, a empresa tem 60 dias para elaborar avaliação de riscos decorrentes do corte manual de cana-de-açúcar, para iniciar a monitoração da temperatura nas frentes de trabalho e, com base no índice IBUTG (que agrega temperatura, umidade do ar e informações metabólicas do trabalhador), conceder pausas aos cortadores. O prazo começa a contar a partir da notificação da empresa. As medições efetuadas no período de duas safras devem ser comprovadas nos autos do processo.

A Raízen terá que passar a considerar como parte da jornada dos trabalhadores do corte de cana todo descanso durante o expediente, pausa ou suspensão de serviço para prevenção da exposição ao calor ou sobrecarga térmica. Os períodos deverão ser remunerados com base na média da sua produção diária, sob pena de R\$ 20 mil por dia.

Portal da CTB

Sem acordo, servidores de Aracaju manterão a greve por tempo indeterminado

Em greve há 67 dias, os servidores da saúde alegam que as negociações com a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) não avançaram, motivando, assim, a permanência da greve. A afirmação é do Sindicato dos Servidores da Saúde (Sintasa), que garante a suspensão das atividades por tempo indeterminado.

Na expectativa de conseguir uma audiência com o secretário Edgar D'Ávila Silveira, da Secretaria Municipal de Administração (Semad), os servidores realizaram na última quarta-feira, 23, um café da manhã em frente à sede da Prefeitura. Sem sucesso, a categoria reclama da falta de negociações para discutir as reivindicações.

O presidente do Sintasa, Augusto Couto, alega que as negociações caminham a passos lentos e que tentou conversar com o secretário Edgar Silveira, mas sem êxito. “Nós estivemos ontem na Prefeitura, onde fizemos um café da manhã, para tentar ser recebido pelo secretário da administração, mas ele não nos recebeu. Não houve resposta por parte da Prefeitura, portanto a greve continua”, conta.

Outro lado

Em resposta, o Secretário Edgard Silveira afirma que o encontro com os sindicalistas não foi marcado e que está aberto a negociações. Segundo ele a situação está sendo debatida em reuniões semanais com a comissão permanente de negociação. “Eu estava numa reunião no conselho da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) e quando voltei não tinha mais ninguém lá. Nunca me neguei receber os sindicatos. Há um processo de reforma do estatuto em andamento e estamos discutindo isso nas reuniões semanais. Contudo, a Prefeitura não pode conceder qualquer coisa que não tenha sido avaliado, tudo está sendo estudado, pois são grandes números. No entanto, estamos abertos a negociação”, explica o secretário.

Encontro

Nesta sexta-feira, 25, os servidores se reúnem em uma nova assembléia para avaliar a greve decidir sobre as novas mobilizações. O horário será ainda definido pela categoria.

Por Eliene Andrade

Portal CTB

Depois da Bahia, luta contra o HSBC ganha força nacional

Depois de cinco semanas, a campanha que tem o tema: *Vender pra que, se a gente não vai receber?*, ganha proporções nacional. Nesta quarta-feira (23), bancários de diversos estados, inclusive da Bahia, promovem um Dia de Luta, com o objetivo de chamar a atenção dos clientes para os números alarmantes.

Entre janeiro e março deste ano, foram fechadas 20 agências do HSBC no Brasil e 142 funcionários demitidos. Isso tudo quando o banco registra um dos maiores resultados do planeta, com lucro mundial de US\$ 16,2 bilhões, o equivalente a R\$ 37 bilhões somente em 2013.

Presente na paralisação desta quarta-feira (23/04), na unidade da Pituba, o diretor do Sindicato Élder Perez ressaltou a necessidade de mais agências e funcionários para um melhor atendimento ao público. Ele lembra que, mesmo com a mobilização nacional, a luta do SBBA continua com manifestações independentes.

Fonte: SBBA

Portal da Força Sindical

Empregado da Scania terá férias coletivas em maio

A Scania vai colocar cerca de 80% de sua fábrica em São Bernardo, ou seja, 3.200 funcionários, em férias coletivas a partir do dia 12, com retorno programado para o dia 26. Segundo a montadora de caminhões, a decisão foi tomada por causa do desaquecimento dos mercados brasileiro e argentino, e consequente ajuste de volumes de produção.

Ainda de acordo com a companhia, que é especializada em veículos pesados e extrapesados e em chassis de ônibus, por operar em sistema global de produção, a Scania continuará avaliando mês a mês as condições de mercado para definir o ritmo de fabricação. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a empresa informou também que, em razão de indefinições em relação a regras de financiamento, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), no fim de 2013, teria havido antecipação de compras, por parte dos clientes.

Além disso, as vendas de veículos para a Argentina, principal cliente do Brasil no Exterior, registraram queda de 25% neste início de ano, na comparação com o primeiro trimestre de 2013.

GENERAL MOTORS - Depois de abrir, em março, PDV (Programa de Demissão Voluntária) que teve adesão bem menor do que o esperado – a meta era chegar a 600, mas só participaram 348 –, a General Motors vem, gradualmente, demitindo ou deixando de renovar contrato de trabalho por prazo determinado na fábrica do Grande ABC, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão. Segundo ele, nesse período já foram desligadas mais 50 pessoas.

O dirigente afirma ainda que a entidade tem buscado diálogo com a montadora, para tentar reduzir os cortes e para que seja mantido o terceiro turno no local. A unidade fabril, que conta com 11 mil trabalhadores, está parada, já que os empregados estão em férias coletivas até dia 28, quando retornam à atividade.

Portal Mundo Sindical

Sindicato aprova greve de professores em escolas municipais

O Sinpeem, maior sindicato da educação municipal de São Paulo, decidiu hoje aprovar greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em assembleia que reuniu cerca de 400 pessoas, segundo a PM. Os organizadores do protesto afirmaram que eram mil participantes. A rede possui 60 mil professores.

Uma das principais exigências do sindicato é a incorporação aos salários de um abono de 13,43% aos que ganham piso salarial, percentual prometido pela gestão Fernando Haddad (PT) para este ano.

Com a incorporação, o índice valeria também para os aposentados e não apenas para os profissionais ativos. E pode incidir no cálculo de outros benefícios aos educadores.

A prefeitura afirma não ter recursos para a incorporação neste ano, mas que pode estudar a medida no ano que vem.

A gestão municipal afirma ainda que a greve foi deflagrada em um momento que as partes ainda negociavam e que já atendeu diversos pedidos da categoria. Os exemplos citados foram a extensão do abono para todos os profissionais da rede, como os gestores (a princípio era apenas para os professores); e a diminuição do peso das faltas no cálculo do pagamento de bonificação anual.

Destacou também que todos os profissionais da educação, inclusive os aposentados, já ganharão neste ano outro reajuste de 13,43%.

A paralisação aprovada pelo Sinpeem já está em vigor, mas não é possível ainda definir a amplitude da greve.

Fonte: FolhaPress - 24/04/2014

Portal Mundo Sindical

CPI ouve sindicato que representa empresas de telefonia do Pará

Representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindTeleBrasil) foram ouvidos nesta quarta-feira (23) em Belém pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura os problemas na telefonia móvel no estado. A CPI foi instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) em novembro de 2013, e já promoveu reuniões em Marabá, Santarém e Bragança, antes da reunião desta quarta na capital.

Durante a reunião, os deputados cobraram providências do SindteleBrasil a respeito das críticas dos usuários aos serviços prestados pelas empresas de telefonia no estado. "A CPI tem a intenção de fazer um diagnóstico do setor da telefonia aqui no Pará, e de alguma forma fazer a defesa dos consumidores, das pessoas que utilizam esse sistema de telefonia móvel no estado" disse o deputado Eduardo Costa (PTB), que preside a CPI.

Para o diretor do SindteleBrasil José Américo Filho, é fundamental esclarecer para os deputados as questões técnicas dos serviços do setor de telefonia. "É um setor complexo, que envolve tecnologias que sempre estão no limite do conhecimento, e que envolve questões regulatórias bastante complexas. Então, trazemos um pouco de informações técnicas neste sentido, para que a própria comissão possa depois atuar com uma visão mais clara do setor", comentou o diretor.

De acordo com a Anatel, o Brasil possui cerca de 264 milhões de usuários de serviços de telefonia móvel. Somente no estado do Pará são mais de 8 milhões de linhas habilitadas, distribuídas entre cinco operadoras.

A previsão é que a CPI conclua os trabalhos ainda no primeiro semestre de 2014. Um relatório final será encaminhado para o congresso nacional, com o objetivo de reforçar a criação de um novo marco regulatório para a telefonia no país. A última audiência da CPI será realizada na cidade de Cachoeira do Arari, na ilha do Marajó, no dia 28 de maio. As audiências são acompanhadas por representantes do Ministério Público Estadual, da Ordem dos Advogados do Brasil, Def Pub e Procon

Fonte: G1 - 24/04/2014

Diap, 24/04/14 (14:03)

Deputados esvaziam meta do PNE de investir 10% do PIB em educação pública

Mais uma vez a reunião da comissão especial da Câmara dos Deputados é interrompida sem que seja finalizada a votação do PL 8.035/10, que estabelece o PNE (Plano Nacional de Educação). Durante o encontro desta quarta-feira (23), os parlamentares aprovaram um dispositivo que enfraquece a Meta 20, que prevê a destinação do equivalente a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação pública. Segundo o texto, recursos do Pronatec, ProUni, Fies e convênios poderão ser contabilizados como investimento em educação pública. A retomada da votação na Comissão está prevista para ocorrer no dia 6 de maio.

Após a vitória da última reunião da comissão, que em decisão unânime retomou ao texto do PNE todas as estratégias referentes ao CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) e ao CAQ (Custo Aluno-Qualidade) e, com isso ampliou o repasse da União para a educação nos estados e municípios, a principal decisão tomada quarta-feira foi a redução dos recursos que serão destinados à educação pública.

"A nossa meta era manter o texto aprovado na Câmara em junho de 2012 que propõe 10% do PIB [para educação pública]. Com a decisão de hoje, o investimento ficará entre 7 e 8%", lamenta o deputado Glauber Braga (PSB-RJ), que votou contra a medida.

Do público para o privado

Em decisão apertada, 11 votos a 8, foi mantido o texto proposto pelo relator Angelo Vanhoni (PT-PR) para que os recursos dos programas e expansão da educação profissional e superior, inclusive incentivos e isenção fiscal, bolsas de estudos no País e exterior, subsídios para programas de financiamento estudantil, conveniamento da educação infantil e da educação especial sejam computados como investimento público em educação. Durante as discussões, as bancadas do PDT, PSB, PCdoB, PSol, DEM, PSC e PP foram orientadas a votar em favor do dinheiro público para a educação pública.

Na avaliação do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), que também votou contra a proposta, o texto do PNE retrocedeu ao ampliar ainda mais a privatização da educação no País. "Estamos tratando de um plano decenal de Estado, é um equívoco o governo sinalizar a expansão das matrículas na Educação Básica e no Ensino Superior via setor privado, e não com a ampliação da rede pública. O país ficará à mercê de interesses econômicos desses grupos, que visam o lucro, não a qualidade do ensino", critica. Santiago afirma que a bancada do PDT irá apresentar um destaque para reverter essa decisão quando o projeto de lei for apreciado pelo plenário.

"Não somos contra esses programas, mas eles têm fontes de financiamento distintas, inclusive com leis próprias para regulamentar o Prouni e o Fies, por exemplo. Espero que isso não

aconteça, mas a decisão de hoje cria uma brecha para que a forma de custeio dessas iniciativas seja alterada", enfatiza Alice Portugal (PCdoB-BA), outra deputada que se posicionou contrária à proposta do relator.

Benefícios para o setor privado

As instituições privadas, administradas por grandes fundos e investidores, têm lucro garantido via renúncia fiscal ou mesmo com pagamento de mensalidades patrocinadas pelos programas de financiamento estudantil.

"Se por um lado o texto do PNE assume o compromisso de ampliar o investimento em educação com os 10% do PIB, por outro – sob pressão da base governista – esse dispositivo possibilita que o setor privado seja beneficiado", complementa Santiago.

Destaques ao texto

Somente quando a comissão especial concluir a votação dos destaques, o PNE será apreciado no plenário da Câmara, e então seguirá para sanção presidencial. A previsão é que os deputados voltem a se reunir no dia 6 de maio. Em pauta, estarão destaques importantes como a definição da idade mínima para que todas as crianças estejam alfabetizadas e a criação de políticas que estimulem a remuneração por mérito, de acordo com o desempenho no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Mais de 100 instituições e entidades da sociedade civil assinaram Carta Aberta pedindo a supressão da estratégia 7.36 do PNE, que prevê a criação de "políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar".

Já em relação às políticas de bonificação, o comitê diretivo da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação divulgou Posicionamento Público em defesa do texto da Câmara que propõe como meta a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. O texto aprovado no Senado prevê que "todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade, durante os primeiros 5 (cinco) anos de vigência do PNE; no máximo, até os 7 anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do PNE; e até o final dos 6 anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do PNE". (Fonte: *Campanha Nacional pelo Direito à Educação*)

Portal da CUT

Seminário Sindical Internacional da CUT São Paulo abordará desafios da comunicação 24/04/2014

Entre os participantes estão o ex-ministro Franklin Martins, o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) e Omar Rincón, da Fundação Friedrich Ebert na Colômbia; Evento acontece em 28 de abril
Escrito por: Flaviana Serafim - CUT/SP

A Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT/SP) realizará no dia 28 de abril (segunda) o seminário sindical internacional "Comunicação: O Desafio do Século", em evento a partir das 8h no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, à Rua João Basso nº 231, centro de São Bernardo do Campo.

O seminário, promovido em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES), Fundação Perseu Abramo (FPA) e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, integra a programação do Dia do Trabalhador (a) em 2014, com uma série de atividades também sob o mote "Comunicação: O Desafio do Século".

A temática foi escolhida pela CUT São Paulo para estimular o debate com a classe trabalhadora, visando intensificar a luta pela comunicação como um direito humano, garantido pela Constituição Federal. Visa, ainda, incentivar a reflexão sobre a necessidade urgente de democratizar a mídia no Brasil, para garantir maior pluralidade e diversidade de ideias nos meios de comunicação.

Entre os participantes confirmados estão Franklin Martins, ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ); Pablo Capilé, do coletivo Fora do Eixo; Sebastian Rollandi, ex-presidente da Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA) da Argentina e Omar Rincón, da Fundação Friedrich Ebert na Colômbia.

Em três mesas, será debatida a proposta do novo marco regulatório para a democratização da mídia, o Marco Civil da Internet, além de narrativas independentes sobre jornalismo e ações de comunicação. O evento é reservado aos dirigentes sindicais e convidados.

Programação

8h/9h – Café e Credenciamento

9h/9h30 – Abertura

Adi dos Santos Lima - Presidente da CUT São Paulo

Vagner Freitas – Presidente da CUT Nacional

João Antônio Felício – Secretário de Relações Internacionais da CUT Nacional
Rafael Marques – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Tina Henneken – Diretora da Fundação Friedrich Ebert
Luiz Marinho – Prefeito da Cidade de São Bernardo do Campo
Coordenador: Sebastião Geraldo Cardozo- Secretário Geral da CUT/SP

9h30 – Mesa 1 – Marco Regulatório das Comunicações

Franklin Martins - Ex-Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Professor Venício Lima - Conselho Consultivo da Barão de Itararé
Sebastian Rollandi - Diretor Nacional de Relações Institucionais e Comunitárias da AFSCA
Coordenadora: Rosane Bertoti – Secretária de Comunicação da CUT Nacional

13h – Almoço

14h – Mesa 2 – Marco Civil da Internet

Sergio Amadeu da Silveira – Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC)

Alessandro Molon – Deputado Federal (PT-RJ)

Omar Rincón - Fundação Friedrich Ebert - Colômbia

Coordenadora: Adriana Magalhães – Secretária de Comunicação CUT/SP

15h30 – Mesa 3 – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação

Paulo Salvador – Coordenador da Rede Brasil Atual

Pablo Capilé - Fora do Eixo

Coordenadora: Telma Victor – Secretária de Formação da CUT/SP

17h – Encerramento

Adi dos Santos Lima – Presidente da CUT/SP

SERVIÇO

Seminário Internacional Sindical “Comunicação: O Desafio do Século”

Data/hora: 28 de abril de 2014 (segunda), das 8h às 17h30

Local: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Rua João Basso nº 231 - Centro - São Bernardo do Campo/SP

Organizado por Ernesto Germano